

Os Estruturalistas Latino-Americanos e as Teorias da Inflação Inercial

*Latin American Structuralists
and Inertial Inflation Theories*

HUGO C. IASCO-PEREIRA*

ANDRÉ RONCAGLIA**

MARCELO CURADO***

RESUMO: O objetivo deste estudo consiste em reinterpretar as teorias da inflação inercial ante aos debates metodológicos sobre os determinantes da produção científica para entender se o inercialismo foi uma “revolução científica” em relação ao paradigma macroeconômico estabelecido na primeira metade da década de 1980 e/ou uma continuidade da abordagem dos estruturalistas dos anos 1950. Para tanto, buscou-se identificar um “núcleo duro” de elementos teóricos comuns das diferentes abordagens, reconstituindo o debate entre monetaristas e inercialistas na década de 1980 como uma segunda rodada da controvérsia monetarista-estruturalista da década de 1950. Os resultados indicam que o inercialismo é mais bem situado como um programa de pesquisa alternativo ao *mainstream* dos anos 1980, mas que mantém elevado grau de originalidade como um desenvolvimento teórico posterior da abordagem estruturalista latino-americana.

PALAVRAS-CHAVE: Teorias da inflação inercial; estruturalismo latino-americano; história do pensamento econômico.

ABSTRACT: This study aims at to re-examine the theories of inertial inflation in light of the methodological debates on the determinants of the production of scientific knowledge in order to understand whether inertialism was a scientific revolution in relation to the macroeconomic paradigm of the first half of the 1980s and/or a continuation of the approach of the 1950s structuralists. For that, the study sought to identify a hard core of common theoretical elements, by reconstituting the debate between monetarists and inertialists in the 1980s as a second round of the monetarist-structuralist controversy of the 1950s. The results indicate that inertialism is best placed as an alternative research program to the mainstream of the

* Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba/PR, Brasil. E-mail: hugo.carcanholo@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1161-959X>.

** Universidade de Brasília – UnB, Brasília/DF, Brasil. E-mail: andre.carvalho@unb.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4873-3433>.

*** Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba/PR, Brasil. E-mail: curado@ufpr.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2206-5035>. Submetido: 9/Dezembro/2023; Aprovado: 30/Janeiro/2024.

1980s, but that it maintains a high degree of originality as a theoretical development from the Latin American structuralist approach.

KEYWORDS: Theories of inertial inflation; Latin American structuralists; history of economic thought.

JEL Classification: B21, B59, E31.

1. INTRODUÇÃO

A economia brasileira passou por um grave processo inflacionário ao longo dos anos 1980, que culminou em uma hiperinflação, controlada apenas em 1994 com a instituição do Plano Real. A década foi marcada por um intenso debate teórico sobre a natureza da inflação neste período, especialmente entre macroeconomistas alinhados ao *mainstream* da ciência econômica e os “economistas inercialistas”. Em essência, o primeiro grupo de teóricos explicava a inflação da economia brasileira com base na versão aceleracionista da curva de Phillips, a partir da versão original de Phillips (1958) e Lipsey (1960) e sua versão posterior com expectativas adaptativas desenvolvida por Friedman (1968) e Phelps (1968) (Arida e Lara Resende, 1985a; Bresser-Pereira e Nakano, 1984; Lopes, 1985; Parkin, 1991). *Grosso modo*, até meados da década de 1980, vigorava a ideia de que a inflação brasileira deveria ser controlada com uma taxa de desemprego acima de seu nível natural, através da utilização de políticas macroeconômicas recessivas, a despeito das malogradas políticas econômicas entre 1981 e 1983 (em termos de controle de inflação).

Em outros termos, a contribuição dos economistas ortodoxos na década de 1980 pautou-se pela estimação da curva de Phillips para a economia brasileira (Contador, 1985; Lemgruber, 1980; Lopes, 1982). Estes trabalhos, no entanto, não encontraram evidências que corroborassem a hipótese de que, no curto prazo, a inflação fosse determinada por pressões da demanda agregada (Parkin, 1991).

Foi neste contexto de ineficiência das políticas macroeconômicas convencionais para conter a inflação que, na primeira metade da década de 1980, surgiu um conjunto de teorias alternativas para compreender as causas do processo inflacionário brasileiro, agrupadas no que se convencionou denominar “teoria da inflação inercial”. É necessário salientar que, ainda que possuindo um núcleo comum, a teoria da inflação inercial comportou um grupo bastante amplo e heterogêneo de interpretações. Como ponto comum de união destas abordagens, destaca-se a insatisfação com os resultados alcançados pelas políticas convencionais para combater a inflação. Essas explicações alternativas – nas versões dos economistas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/SP): Bresser-Pereira e Nakano, e na versão dos economistas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ): Francisco Lopes, André Lara Resende e Persio Arida – visavam, sobretudo, propor estratégias alternativas de estabilização inflacionária para a economia brasileira na década de 1980. A heterogeneidade analítica (e, logo, de estratégias

de estabilização) ensejava certa concorrência entre as teorias inercialistas para se estabelecer como referência na oposição às ideias ortodoxas.

No debate com a ortodoxia, as explicações inercialistas se consolidaram como o paradigma científico para explicar a inflação brasileira e propor políticas de estabilização, empreendidas a partir da segunda metade da década de 1980. Apesar disso, a teoria da inflação inercial jamais atingiu consenso entre os economistas (Bacha, 1988; Lopes, 1989). A conclusão de que a redução do período de indexação salarial era a causa e não o resultado da aceleração inflacionária não foi aceita num primeiro momento, sendo alvo de controvérsia entre os economistas (Lopes, 1989). No entanto, à medida que a teoria da inflação inercial foi compreendida e, por conseguinte, ganhando espaço na academia brasileira através da controvérsia com as teorias dominantes à época, ela se estabeleceu como a teoria dominante (Arida, 1996; Lara Resende, 1996).

As ideias dos economistas inercialistas eram, de fato, bastante originais em relação à abordagem convencional do início dos anos 1980. Porém, a absoluta originalidade dessas diferentes abordagens em relação ao estruturalismo latino-americano dos anos 1950 e 1960 não é consensual. Em relação à variante inercialista da FGV/SP, Bresser-Pereira e Nakano (1986) indicam que a primeira linhagem corresponde à teoria da inflação dos economistas estruturalistas latino-americanos da década de 1950, com a contribuição pontual do modelo de realimentação inflacionária de Mário Henrique Simonsen. A segunda linha de desenvolvimento seria a obra *A Inflação Brasileira* de 1963 de Ignácio Rangel (Bresser-Pereira, 2023). Por outro lado, Modenesi (2005) concorda com o estabelecimento do primeiro paradigma de Bresser-Pereira e Nakano (1986) para o inercialismo da PUC/RJ. Não obstante, o segundo momento desta abordagem estaria baseado nas ideias de Mário Henrique Simonsen (Modenesi, 2005), as quais Boianovsky (2012) defende terem solucionado a primeira rodada da controvérsia iniciada em meados dos anos 1950.¹ Assim, as teorias inercialistas dos anos 1980 seriam um desenvolvimento posterior das abordagens desenvolvidas pelos economistas estruturalistas latino-americanos nos anos 1950.

Considerando esse debate, o objetivo deste artigo é situar as teorias da inflação inercial nos debates metodológicos sobre os determinantes da produção de conhecimento científico, buscando entender se o inercialismo foi uma “revolução científica” em relação ao paradigma macroeconômico da primeira metade da década de 1980 e/ou se foi uma continuidade da abordagem estruturalista dos anos 1950. Para tanto, o estudo buscou identificar um núcleo duro de elementos teóricos comuns, bem como de elementos dissonantes, à luz de sua construção como pensamento econômico.

Este estudo possui cinco seções além desta introdução. A seção que se segue discute muito brevemente as noções de paradigma científico, programas de pesquisa e comunidade científica. A terceira seção apresenta as origens das teorias iner-

¹ Ver também Carvalho, 2019.

cialistas a partir do estruturalismo latino-americano da década de 1950. O segundo momento paradigmático do inercialismo (representando pelas ideias de Mário Henrique Simonsen e Ignácio Rangel) é discutido na quarta seção. A quinta seção apresenta as teorias da inflação inercial. Por fim, a última seção apresenta uma discussão que busca identificar um núcleo duro comum das teorias inercialistas à luz de sua construção histórica, bem como dos apontamentos da segunda seção.

2. PARADIGMAS, PROGRAMAS DE PESQUISA E COMUNIDADES ACADÊMICAS

Thomas Kuhn no livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* de 1962 define paradigmas como realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência (Kuhn, 1962, p. 13). O sucesso do paradigma, ou da ciência normal é a promessa de preenchimentos das possibilidades de novos conhecimentos conforme os elementos que o próprio paradigma julga como relevantes (Kuhn, 1962). Não obstante, esse empreendimento parece ser uma tentativa de forçar a natureza a encaixar-se dentro dos limites preestabelecidos e relativamente inflexíveis fornecidos pelo paradigma (Kuhn, 1962, p. 45). Kuhn utiliza o termo “quebra-cabeça” para descrever resoluções de problemas da ciência normal à medida que novos resultados signifiquem alcançar os resultados preestabelecidos inicialmente pelo paradigma vigente. Daí que, dentro de um paradigma específico, a resolução de problemas significa respeitar regras científicas do “quebra-cabeça” como leis, conceitos, teorias científicas, métodos etc.

O desenvolvimento teórico não é um processo isolado, mas episódios prolongados, dotados de uma estrutura que reaparece regularmente (Kuhn, 1962, p. 78). É a existência de violações das expectativas paradigmáticas (anomalias) que determina os avanços teóricos por parte do esforço científico, ensejando um período de adaptação conceitual até que haja um alinhamento entre as expectativas paradigmáticas e o que era então considerado uma anomalia (Kuhn, 1962). Este é um tipo de avanço teórico, dentro do paradigma vigente. Há, contudo, mudanças paradigmáticas de magnitude maior que ensejam novas teorias para explicar estas anomalias. A ruptura com o paradigma vigente (revolução científica ou alteração de paradigma) tem como característica o desenvolvimento teórico não cumulativo. Aqui o desenvolvimento teórico já não é um processo cumulativo a partir do paradigma em crise, uma vez que os cientistas desenvolvem outra teoria por completo. Kuhn (1962) aponta que, neste período de crise, é comum a coexistência de versões da mesma teoria (Kuhn, 1962). Elas competem entre si e com o paradigma em crise para se estabelecer como um novo paradigma.

No caso das ciências sociais, a questão é ainda mais controversa e complexa, em face da multiplicidade de recortes possíveis da realidade social dentre áreas dotadas de metodologias de análise muito diversas (Blaug, 1976; Khalil, 1987). Uma visão alternativa sobre a dinâmica da produção científica emerge dos escritos

de Imre Lákatos. Segundo o autor, o conceito de paradigma capta adequadamente o aspecto “convencional” da produção de conhecimento, mas o nível muito agregado de análise, ancorado em um consenso científico de escopo muito abrangente, deixaria escapar aspectos essenciais da dinâmica interna às comunidades científicas. O resultado seria um modelo de descontinuidades que não privilegia a emergência de consensos provisórios mais ou menos estáveis dentro de recortes temáticos mais específicos.

Com efeito, o plano mais granular de análise implica demarcar as iniciativas de produção científica como programas de pesquisa. Estes teriam maior ou menor dominância sobre recortes temáticos de uma área científica, mas não necessariamente dominariam todo o campo do saber científico. Lákatos observa que os cientistas se agrupam em programas de pesquisa concorrentes. Cada programa se dedica a analisar e tentar falsear um conjunto de observações. Todavia, pertencer a um programa de pesquisa envolve aceitar sem questionamentos um núcleo duro de postulados lógicos, do qual se deriva um conjunto de implicações periféricas que devem ser falseadas. Se um número “suficiente” de implicações periféricas for falseado, o núcleo duro pode vir a ser questionado e o programa de pesquisa pode se desarticular, cedendo espaço para a predominância de programas concorrentes.

A narrativa que emerge da abordagem lakatosiana é mais maleável do ponto de vista histórico do que o quadro analítico kuhnlano, pois aquela reconhece o processo de seleção (via falseamento) de uma teoria emergente como a combinação de forças internas ao conhecimento com as forças históricas, econômicas, sociológicas, e políticas que moldam o conjunto de práticas e normas da produção do conhecimento dentro de um programa de pesquisa.² Destarte, a abordagem lakatosiana não requer a predominância de um teoria sobre o restante das abordagens, permitindo a coexistência simultânea de múltiplas teorias viáveis cujos méritos relativos não são facilmente discerníveis a partir de suas coerência e consistência internas.

Neste sentido, pode-se pensar em um programa de pesquisa alinhado à produção do *mainstream* da ciência econômica em qualquer período desde a *Riqueza das Nações* de Adam Smith. Este programa ortodoxo é cercado por uma constelação de programas de pesquisa heterodoxos que desafiam o núcleo duro de pressupostos e os postulados do primeiro com conjuntos analíticos concorrentes. As lacunas e os pontos cegos do programa de pesquisa ortodoxo podem resultar da própria constituição do núcleo duro, dando espaço à contestação da aplicabilidade do quadro ortodoxo a uma determinada instância da realidade que se busca explicar.

Se a ciência é uma atividade social, cujos produtos servem a um propósito

² Como salientou Weintraub (1991, p. 4): “I have come to learn that among individuals concerned with the *enterprise of science* – philosophers, historians, and sociologists – there is a growing awareness that *scientific work is knowledge creation in a context* and that such knowledge is *shared knowledge within a particular community*. The issues are those of how the knowledge comes to be shared more widely and *how the meanings are negotiated first within small groups, and then in larger and larger groups*. From the view that knowledge is socially constructed comes a concern with the materials and organization of the construction” (itálicos nossos).

também social, pode-se também aventar a possibilidade de que o conhecimento seja construído em vez de descoberto. Com efeito, as dimensões social e política da produção do conhecimento ganham relevo, na medida em que o que se conhece do mundo resulta da dinâmica de comunidades de cientistas ou acadêmicos que negociam significados, interpretações e práticas (também conhecidas como comunidades interpretativas):

The fundamental issue is what constitutes a good theory, and that is not a matter of comparing the theory to some standard of scientific goodness. We have to ask more complex questions of a theory and its interpretations: How was it developed? How was it presented? What do its terms mean? Who is its audience? We seek to understand the way the interpretive community has read the economy text and what makes the community more likely to respond to one interpretation rather than another. In economics we might ask about how a theory treats evidence, how it uses technical terms, and how it links problems posed in earlier papers previously valued by the community (Weintraub, 1991, p. 7).

Segundo esta abordagem, a definição de critérios de seleção de teorias torna-se mais complexo, pois passa a depender da capacidade de estabilizar significados, argumentos, métodos, instrumentos e a própria história do programa de pesquisa. O arranjo fica mais instável em caso de formação de coalizações entre abordagens diferentes em prol da constituição de um programa de pesquisa. A estabilidade deste arranjo dependerá do quão decisivas forem as tensões internas à operação do programa de pesquisa, bem como de sua relação com o contexto institucional de sua formulação e com a aplicabilidade dos postulados à realidade externa ao “mundo do modelo” (Morgan, 2012).

Considerando esta breve discussão metodológica, pretende-se mostrar como as diferentes abordagens inercialistas lograram negociar um consenso de oposição programática à teoria macroeconômica *mainstream* para explicar a inflação brasileira.³ O resultado foi a construção de um programa de pesquisa concorrente que propunha diferentes estratégias de estabilização para a economia brasileira na década de 1980. O restante do estudo busca identificar um núcleo duro de postulados

³ A narrativa se apoia na problematização que, novamente, Weintraub (1991, p. 9) faz da atuação do historiador das ideias: “From this perspective, the relevant questions to ask are not What is the most efficient organization of science for discovery? or, Who discovered the phenomenon or fact or theory first? Rather, the analyst’s attention is directed to science as an activity that produces “scientific knowledge” and asks about how that knowledge is produced: What is the role of the observer? *What role do instruments play in constructing knowledge? How is knowledge agreed upon in the sense that consensus is reached on the facticity of an event or observation? How are others persuaded?* How does the community train its apprentices? *Writers in this tradition have been interested, for example, in how theory and data interact, exactly how experimental anomalies are treated, the rhetoric of the scientific paper, and so forth*”.

inercialistas a partir da percepção de lacunas analíticas da abordagem convencional e da própria constituição do inercialismo como pensamento econômico.

3. A ORIGEM DAS TEORIAS DA INFLAÇÃO INERCIAL: O ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO

O desenvolvimento da teoria da inflação dos economistas estruturalistas latino-americanos se deu na década de 1950 num intenso debate com os economistas monetaristas. O auge do debate ocorreu em 1955 quando o Chile experienciou a missão Klein-Saks (Grunwald, 1963). As diferenças analíticas entre estruturalistas e monetaristas concentram-se em três elementos; i- o diagnóstico das causas da inflação, ii- a estratégia de estabilização, e iii- o desenvolvimento econômico (Félix, 1963).

Para os monetaristas a inflação seria incompatível com desenvolvimento econômico. Campos (1963) argumenta que, para os economistas monetaristas, as economias com baixa taxa de inflação (México, Venezuela, El Salvador e Equador) eram as que mais se desenvolviam em contraposição às economias com maior inflação (Argentina, Chile e Bolívia). O subdesenvolvimento para os monetaristas corresponde à situação em que o PIB *per capita*, a poupança nacional, a acumulação de capital e, logo, a produtividade seriam relativamente baixos. A inflação seria uma resposta da economia à tentativa de a autoridade monetária aumentar o investimento através da expansão do crédito ou do financiamento dos gastos públicos (Bernstein e Patel, 1953). As distorções geradas pela inflação reduziriam a entrada de capital estrangeiro para financiar as atividades governamentais e promover o desenvolvimento econômico (Campos, 1965). Em um contexto de câmbio fixo, a inflação geraria déficits na balança comercial ao aumentar (reduzir) as importações (exportações) (Baer, 1967). Nesta percepção, a inflação era vista como o grande problema das economias latino-americanas de tal modo que as políticas de estabilização possuiriam um *modus operandi* compatível com políticas monetária e fiscal restritivas (Bernstein e Patel, 1953). O desenvolvimento econômico seria uma consequência natural de uma inflação controlada.

Na perspectiva estruturalista, as economias latino-americanas entrariam na economia mundial como aquelas exportadoras (importadoras) de produtos primários (industrializados) à la Prebisch (1949). O processo industrializante substitutivo de importações, em um contexto de restrição externa, engendrou um processo inflacionário nestas economias à medida que a industrialização demandava bens de capital e insumo básicos importados (Seers, 1962a). A aceleração inflacionária seria endógena à mudança estrutural levada a cabo nas economias latino-americanas (Seers, 1962b).

Outro aspecto que merece destaque é que a industrialização via substituição de importações engendrou uma dinâmica de urbanização, expandindo a demanda urbana por alimentos. Dada a característica de baixa elasticidade-preço da oferta agrícola, os preços agrícolas aumentaram, elevando o custo de vida dos trabalhadores urbanos. Os sindicatos, exigindo aumento dos salários, aumentaram os cus-

tos industriais que, por sua vez, foram repassados aos preços finais por conta de as indústrias estarem inseridas em um mercado de concorrência não perfeita (Seers, 1962a, 1962b). O controle da inflação ocorreria na medida em que o processo de desenvolvimento econômico através da substituição de importações fosse levado a cabo.

O debate entre ambas as vertentes é inconclusivo. À medida que tanto a visão monetarista quanto a estruturalista pôde ser suportada/desconstruída empiricamente, nenhuma vertente conseguiu se estabelecer como um paradigma científico (Baer, 1967). No entanto, a teoria da inflação inercial já se encontrava estabelecida, mesmo que embrionariamente, na explicação estruturalista para a inflação das economias latino-americanas da década de 1950 nas ideias de Celso Furtado, Juan Noyola e Osvaldo Sunkel (Bresser-Pereira e Nakano, 1986; Modenesi, 2005).

3.1 A inflação em Celso Furtado⁴

Para Furtado (1959) a inflação é fundamentalmente a resolução do conflito distributivo em relação ao produto real da economia. Sua função é transferir renda entre os agentes econômicos a partir de sua posição na estrutura social. Neste processo de aumento persistente e generalizado dos preços, a moeda tem um papel passivo.

Estendendo a análise de Aujac (1950), Furtado incorporou o tempo na análise estruturalista através do conceito de inflação neutra. Em uma situação hipotética na qual todos os grupos sociais possuem mecanismos capazes de proteger as respectivas rendas reais da inflação, isto é, que inviabilizassem a redistribuição de renda, possuir-se-ia uma inflação neutra sem os efeitos redistributivos sob a renda real dos grupos sociais. A inflação neutra se efetua ao término do período redistributivo, quando os agentes recompõem as suas rendas reais conforme a inflação passada. Destarte, as posições relativas são aproximadamente as mesmas do início do período, sem efeitos redistributivos, o que não significa a inexistência de efeitos distributivos reais ao longo do período.⁵ A reprodução da inflação passada resulta da dessincronização dos reajustes da renda real (preços relativos) dos grupos sociais. A cada término do período redistributivo, a economia se encontraria em uma situação de equilíbrio virtual que seria desfeita em breve, pois os diferentes grupos sociais estão em momentos relativos distintos da distribuição de renda (defasagem de preços relativos). Furtado indica que uma estabilização econômica adequada deveria respeitar a ideia de neutralidade distributiva entre os sistemas econômicos *ex ante* e *ex post* à estabilização. Do contrário, os grupos sociais teriam incentivos

⁴ A obra de Celso Furtado é ampla. O nosso enfoque é nas ideias do autor na obra *Formação Econômica do Brasil*.

⁵ Furtado conceitua o processo inflacionário em que todos os preços variem à mesma taxa e ao mesmo tempo como absolutamente neutro. O autor relaciona a ideia de neutralidade distributiva com a redução do período de reajuste dos preços, tal que quando dizemos simultaneamente, queremos significar que o período de observação teria de ser tão curto que dentro dele não se poderiam operar efeitos reais.

para recompor o nível de suas rendas reais e, por conseguinte, a taxa de inflação não se estabilizaria (Furtado, 1959).

3.2 A inflação em Juan Noyola e Osvaldo Sunkel

Partindo da mesma concepção de conflito social, as interpretações de Noyola Vásquez (1957) e de Sunkel (1958) se distinguem por dois elementos teóricos centrais, a saber: (1) as pressões inflacionárias que correspondem aos desequilíbrios setoriais descritos por Seers (1962) e os do setor externo representados pela restrição de divisas; e (2) os mecanismos de propagação, especialmente a capacidade dos agentes econômicos de defender as respectivas parcelas da renda real. Os mecanismos de propagação inflacionária permitem que as pressões inflacionárias se transformem de fato em aumento do nível geral de preços, desde que o conflito distributivo entre os agentes econômicos esteja relacionado com aumentos dos preços para manter as rendas reais ante às pressões inflacionárias (aumento dos custos ou redução do salário real).

Nos modelos de Noyola Vásquez (1957) e Sunkel (1958), a intensidade da inflação está relacionada, em um primeiro instante, com a relevância das pressões inflacionárias e, em um segundo, com a capacidade dos agentes de repassar as pressões inflacionárias para seus preços (mecanismos de propagação). A existência de mecanismos de propagação das pressões inflacionárias implica que os diferentes grupos sociais (incluindo o Estado) possuem as condições necessárias para proteger a respectiva parcela relativa da renda real repassando as pressões inflacionárias para seus rendimentos quer seja na forma de salários, preços ou receitas tributárias. Isso criaria uma espiral expansionista do nível geral de preços a partir das pressões inflacionárias.

No limite, no caso em que todos os agentes possuam perfeitas condições de repassar as pressões inflacionárias para os seus preços, não haveria alteração da distribuição da renda real em detrimento da aceleração inflacionária. No outro caso em que apenas os empresários, por exemplo, tenham as condições requeridas para repassar as pressões inflacionárias para seus preços, haveria uma redistribuição da renda real da economia para os mesmos e, por conseguinte, uma inflação menor. Assim, a inflação nos modelos estruturalistas de Noyola Vásquez (1957) e Sunkel (1958) é um fenômeno real e está relacionada à capacidade dos agentes econômicos de defenderem as parcelas relativas de suas rendas, o que significa reajustar o rendimento nominal conforme a inflação passada.

4. ORGANIZANDO O INERCIALISMO: SIMONSEN E RANGEL

O modelo de retroalimentação inflacionária de Simonsen (1970) constitui a estabilização e a organização da teoria inercialista ao promover a conciliação entre as teorias estruturalistas latino-americanas da década de 1950 (Modenesi, 2005) e a abordagem estruturalista norte-americana dos economistas da PUC/RJ (Carvalho,

2015). Não obstante, o modelo de Rangel (1963) está na raiz do inercialismo praticado pelos economistas da FGV/SP (Bresser-Pereira, 1986). Esta seção discute as duas interpretações que tornaram as linhagens inercialistas incompatíveis e estabeleceram um dos focos de tensão interna da vertente.

4.1 O Modelo de Realimentação Inflacionária de Simonsen

Simonsen (1970) identificou dois efeitos da existência de uma inflação crônica: i- os empresários criam o hábito de reajustar os preços para manter um nível de remuneração das atividades econômicas adequado, e ii- os agentes antecipam as compras especulativamente na tentativa de escapar do próximo aumento de preços.

Os componentes da inflação são divididos em três categorias por Simonsen. Primeiro, o componente autônomo que é aquele determinado por elementos econômicos institucionais e de natureza acidental que não depende da taxa de inflação passada. Segundo, o componente de realimentação que depende da taxa de inflação do período anterior. E, por fim, um componente de regulação através de alterações da demanda; o aumento do nível geral de preços como resultado de um nível de demanda maior que a oferta agregada. Assim, assumindo que r_t é a taxa de inflação do ano t , e o nível geral de preços no ano t e $t-1$, tem-se que é:

$$r_t = \frac{P_t}{P_{t-1}} - 1 \quad (1)$$

Simonsen (1970) utiliza a seguinte equação linear para expressar a taxa de inflação:

$$r_t = a_t + b r_{t-1} + c \left[\frac{d_t}{d_{t-1}} - 1 - n \right] \quad (2)$$

onde o termo constante a_t é o componente autônomo da inflação. O componente de realimentação é representado por $b r_{t-1}$, em que o parâmetro b é coeficiente de realimentação que indica o grau de automatismo da inflação crônica ou em qual proporção a inflação presente é determinada pela inflação passada. O parâmetro b tem valor entre zero e a unidade, exceto em caso de hiperinflação. O último termo da equação (2) é o componente de regulação pela demanda, em que d_t e d_{t+1} são a demanda real no período t e $t+1$ descontada a inflação autônoma e de realimentação. O parâmetro n é a taxa de crescimento da demanda condizente com uma inflação nula.

Introduzindo as taxas de inflação com p defasagens, tem-se:

$$r_t = a_t + b_1 r_{t-1} + b_2 r_{t-2} + (...) + b_p r_{t-p} + c \left[\frac{d_t}{d_{t-1}} - 1 - n \right] \quad (3)$$

A condição de estabilidade do modelo é que o somatório dos coeficientes de realimentação seja menor que um

$$0 < b_1 + b_2 + (...) + b_p = b < 1 \quad (4)$$

Considerando uma situação em que a_t e n são uma constante, a taxa de inflação que o modelo convergirá será $\lim_p r_t: \frac{a}{1-b}$. Sendo a indexação contratual uma fórmula para se atingir uma inflação neutra, esta se configura como um componente de realimentação inflacionária impactando diretamente na magnitude dos coeficientes de realimentação b .

A neutralidade distributiva de um processo inflacionário crônico implica um coeficiente de realimentação próximo da unidade e, logo, uma taxa de inflação explosiva. A ideia de um processo inflacionário neutro é que a variação do nível geral de preços não afete a distribuição de renda a médio e longo prazo (Simonsen, 1970). Podemos notar certo paralelismo entre esta conclusão de Simonsen (1970) e as ideias de Furtado (1959) acerca da inflação neutra. À medida que os agentes procurem se defender da inflação passada (transferência de renda real), isso realimenta a inflação contemporânea (nos termos de Simonsen) – ou cria uma situação de equilíbrio virtual sem tendência à estabilidade (nos termos de Furtado), com persistência inflacionária.

4.2 A interpretação de Ignácio Rangel

A concepção de Rangel (1963) sobre a inflação brasileira está inserida no debate entre estruturalistas e monetaristas da década de 1950.⁶ O pensamento rangeliano significa uma ruptura com ambas as vertentes teóricas. O próprio autor classifica-as como “ilusões”. A visão de Rangel parte da análise de que o desenvolvimento do capitalismo na economia brasileira significa o desmantelamento da estrutura agrária à medida que haja o aumento da produtividade das atividades agrícolas. Tal processo foi acompanhado pelo aumento do excedente de mão de obra agrária e por uma superprodução agrícola.

Para Rangel (1963), a taxa de exploração do sistema econômico é dada pela razão entre lucros e salários, o que em categorias keynesianas corresponde à razão entre investimento e consumo (Rangel, 1963). A propensão marginal a consumir é negativamente relacionada com a taxa de exploração da economia (Rangel, 1963). Na medida em que o desemprego urbano aumenta, a massa salarial se reduz, o que se traduz em aumentos da taxa de exploração da economia e, por conseguinte, em menor propensão a consumir. Como o multiplicador keynesiano da renda diminui, tem-se que aumentos da taxa de exploração da economia reduzem o impacto de aumentos do investimento no produto da economia. Deste modo, necessita-se de uma taxa de crescimento constante do investimento para compensar a redução do multiplicador keynesiano da renda. Disso tem-se a tendência de geração de capacidade ociosa no sistema econômico à medida que haja a tendência de aumentos da acumulação de capital. Contudo, a economia tenderia à recessão no caso de que não houvesse novas oportunidades de investimento (Rangel, 1963). A inflação seria o resultado natural de uma recessão, criando investimentos “artificiais” e, logo,

⁶ Ver Iasco-Pereira e Carvalho (2019) para uma discussão mais ampla sobre isso.

expandindo a capacidade ociosa da economia por que a inflação deprimiria a preferência pela liquidez dos empresários que defendem os lucros através de investimentos improdutivos (Rangel, 1963).

Rangel (1963) inverte a causalidade da equação monetarista de trocas, assumindo que a expansão monetária seria causada pela aceleração inflacionária. O argumento de Rangel (1963) é que os monopólios de comercialização agrícola e a inelasticidade-preço da demanda destes bens resultam em uma situação em que estas empresas podem aumentar seus preços que, por conseguinte, ocasiona em aumento da taxa de inflação. A consequente redução de renda real reduz o consumo de bens elásticos em relação ao preço (os bens industriais), aumentando com isso os estoques industriais. Com dificuldades financeiras para estabelecer o capital de giro necessário às atividades normais e aos aumentos dos estoques, as indústrias pressionam por emissão monetária através de créditos bancários para financiar suas atividades. Com isso, tem-se que expansão monetária é endógena; é a inflação que induz o aumento do estoque de moeda.

A literatura não indica nenhuma relação entre a interpretação de Rangel e o modelo de Simonsen, ou com o inercialismo da PUC/RJ. Contudo, Bresser-Pereira (1996) admite a influência rangeliana na constituição do inercialismo da FGV/SP, sobretudo ao incorporar a ideia de endogeneidade monetária e a inflação como mecanismo de defesa da economia, isto é, dos setores oligopolistas ante a redução da demanda agregada.

5. AS TEORIAS DA INFLAÇÃO INERCIAL: NÚCLEO DURO E ASPECTOS DISSONANTES

Em termos teóricos, a visão geral da produção acadêmica em matéria de inflação entre 1963 e 1980 revela uma crescente formalização de modelos econômicos, na medida em que se difundiram os modelos com expectativas adaptativas e racionais. A curva de Phillips, que relaciona negativamente a inflação salarial e o nível de desemprego, passou a incorporar expectativas adaptativas sob a hipótese de Friedman-Phelps, a fim de distinguir entre inflação antecipada e imprevista. Isso produziu uma curva de Phillips microfundamentada que buscava relacionar características do mercado de trabalho com a taxa natural de desemprego. A dinâmica das expectativas inflacionárias era vista como a espinha dorsal de uma inflação acelerada.

John Muth e Robert Lucas introduziram a noção de expectativas racionais, em que os agentes aprenderiam com os erros do passado de forma que as expectativas aumentassem como estimadores não viesados da taxa de inflação real, uma vez que todas as informações disponíveis fossem processadas antes da decisão. Ao introduzir expectativas em seus vários modos, a própria existência da curva de Phillips de curto ou longo prazo foi desafiada. A combinação do conceito de expectativas racionais com a hipótese da taxa natural levou a uma visão pessimista da eficácia da política econômica (Frisch 1977, pp. 1290-1297).

Em termos históricos, os eventos que culminaram no aumento do preço do petróleo conduzido pela Opep ao longo dos anos 1970 geraram uma aceleração inflacionária em todo o mundo, estabelecendo as bases para uma reação ortodoxa contra as políticas keynesianas, conduzidas durante todo o período pós-guerra (Harberger, 1978). Neste contexto, as inflações crônicas na América Latina e as preocupações com um viés inflacionário nas economias desenvolvidas forneceram a motivação para aprofundar os desenvolvimentos analíticos em questões de inflação e estabilização. Como resultado, deflagrou-se a segunda rodada da “controvérsia estruturalista-monetarista” na América Latina, opondo monetaristas à heterodoxia brasileira (Bacha, 1982; Toye, 1987). No geral, os economistas estruturalistas brasileiros desse segundo momento estavam associados de alguma forma à tradição cepalina, fortemente ligados à noção de inflação via conflito distributivo.

Uma leitura atenta das teorias da inflação inercial (ou teorias estruturalistas de segunda geração) aponta para a perda gradual de substância histórica e social nas dimensões institucional e estrutural da análise. As causas estruturais dos aumentos de preços perderam espaço nas construções teóricas, à medida que o foco da teoria mudou para os mecanismos de propagação da inflação, em contraste com os primeiros debates sobre a relação entre desenvolvimento econômico e inflação. Do ponto de vista institucional, o “estilo brasileiro de indexação” (Fishlow, 1974) compensou o mecanismo de ampliação da inflação prontamente reconhecido como a principal distinção que compunha o caso específico da experiência brasileira com inflação, ao invés de características estruturais e históricas enfatizadas pelos modelos estruturalistas da primeira geração. A literatura que alude a esse período na história intelectual da economia brasileira enfatiza a dimensão política dos debates sobre a inércia da inflação, focando no palco da controvérsia na imprensa e deixando de lado as trocas acadêmicas mais parcimoniosas e como essas ideias influenciaram o desenho das políticas que vieram a ser implementadas.⁷

Considerando esta brevíssima contextualização teórica e histórica, discute-se a seguir as diferentes teorias da inflação inercial (ou as teorias estruturalistas de segunda geração), buscando identificar um núcleo duro comum entre elas, bem como em relação aos autores estruturalistas de primeira geração, e a presença de elementos teóricos originalmente apresentados por Mário Henrique Simonsen e Ignácio Rangel.⁸

⁷ A exceção é Serrano (1986 e 2010), que forneceu uma interpretação crítica dos avanços teóricos. No entanto, ele revisa, apenas de passagem, as primeiras contribuições dos estudiosos da PUC/RJ para que ele possa se concentrar em sua aplicação à política de estabilização.

⁸ As propostas de estabilização dos economistas inercialistas a saber, Controle Administrativo de Preços (Bresser-Pereira e Nakano), Choque Heterodoxo (Francisco Lopes) e Moeda Indexada (Persio Arida e André Lara Resende), não foram apresentadas. A discussão concentrou-se na concepção analítica sobre inflação inercial destes economistas.

5.1 Bresser-Pereira e Nakano

O modelo teórico de Bresser-Pereira e Nakano (1984) é pautado em duas hipóteses: i- os agentes econômicos possuem mecanismos de indexação das rendas reais, e ii- os agentes são resistentes à recessão e exigem crescimento econômico. A partir disto, os autores sintetizam a inflação brasileira por meio de três categorias teóricas; i- os fatores aceleradores, ii- os mantenedores, e iii- os sancionadores.

Os fatores aceleradores resultam de aumentos da renda relativa dos agentes. A aceleração inflacionária pode resultar das seguintes situações:

1. inflação keynesiana: a inflação não resulta do conflito distributivo, pois o nível geral de preços aumenta como um todo (inflação de demanda);
2. inflação estrutural: a inflação surge da resolução do conflito distributivo à medida que há a propagação dos aumentos dos preços relativos setoriais;
3. inflação administrada: alinhado ao pensamento rangeliano, a inflação administrada, autônoma em relação à demanda agregada, surge a partir de uma estrutura de mercado oligopolizada que aumenta seus preços, em um contexto de queda da demanda, para manter a taxa de lucro constante.

Os mecanismos mantenedores da taxa de inflação, por sua vez, estão relacionados com os mecanismos indexadores das rendas reais à taxa passada de inflação. Não obstante, a indexação das rendas se transforma em um mecanismo de aceleração inflacionária na medida em que as rendas reais sejam indexadas a uma taxa de inflação maior que a do passado. Quer dizer, os fatores mantenedores mantêm a renda real relativa constante quando as rendas são indexadas a taxa de inflação pretérita. Porém, quando os agentes tentam aumentar a respectiva renda relativa, a indexação acelera a inflação.

Por fim, a expansão monetária constitui o fator sancionador da inflação. A correlação entre expansão monetária e inflação não é negada pelos autores. Seguindo a tradição rangeliana, em que a moeda é endógena, Bresser-Pereira e Nakano (1984) alteram a causalidade da equação fundamental monetarista. Isto é, a inflação reduz a quantidade real de moeda e, conseqüentemente, a liquidez da economia, o que resulta em um quadro recessivo. Como os agentes exigem algum crescimento econômico, o sistema financeiro é impelido a aumentar a quantidade de moeda com vistas a estancar o processo recessivo. A inflação leva à expansão monetária.

Os três elementos explicativos da inflação são sintetizados na seguinte equação (Bresser-Pereira e Nakano, 1984):

$$p = \alpha(w - q) + (1 - \alpha)(z + x) + m \quad (5)$$

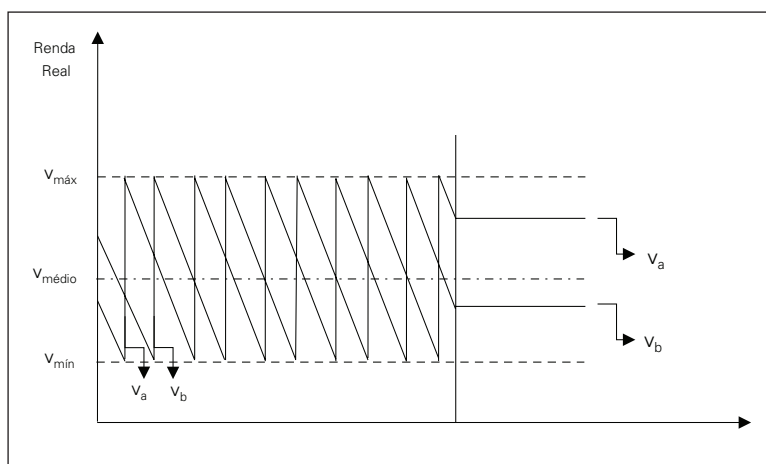
onde a variável w é o salário, q a produtividade, m a margem de lucro, z o preço das matérias-primas importadas, x quantidade de matéria-prima importada por unidade de produto, α e $(1-\alpha)$ proporção dos preços relativos ao custo do fator de produção trabalho e as matérias-primas importadas. A equação (5) sintetiza a exposição dos autores ao sugerir que aumentos da margem de lucro e do salário real (tal como aumentos dos preços dos bens utilizados como insumos) aumentam a inflação.

5.2 Francisco Lopes

Inicialmente o esforço analítico de Lopes (1985) concentrou-se em diferenciar choque e tendência inflacionária. Os choques inflacionários resultam de alterações nos preços relativos, ao passo que a tendência da taxa de inflação surge como um resíduo não explicado pelos choques. Em um contexto de inflação crônica e sem choques na taxa de inflação, os agentes defendem suas rendas reais ao indexar suas rendas à taxa de inflação passada. Os agentes buscam recompor o nível de renda real (valor de pico) ao recompor seus preços. Daí que o conflito distributivo gera a inflação, o que resolve o conflito distributivo da economia ao redor da média das rendas reais (Lopes, 1984). O sistema econômico converge e repousa no ponto em que a inflação é compatível com as rendas reais médias.

Em um esquema em que os preços e rendas nominais sejam alterados de forma não sincronizadas (setores com reajuste fixo e outros que reajustam seus preços automaticamente), a alteração de preços relativos significa transferência de renda entre os agentes. A inflação ocorre por meio do ajuste de preços relativos (Lopes, 1976). A média das rendas reais é o ponto do sistema econômico em que não há distorções distributivas e que, portanto, a inflação é neutra (Lopes, 1976). O argumento de Lopes (1985) é ilustrado na Figura 1, assumindo a existência de dois agentes (A e B). O valor máximo da renda real ou o valor de pico ($v_{\max}$) dos agentes A e B diminui à taxa de inflação do período (π_t) atingindo o valor mínimo da renda real ($v_{\min}$) ao fim do período de reajuste, momento este em que a renda real é recomposta ao nível do pico ($v_{\max}$).

Figura 1: Distribuição de renda, inflação neutra e preços relativos em Lopes (1985)



Fonte: Elaboração dos autores com base em Lopes (1985).

Em síntese, Lopes (1984) explica a inflação fundamentalmente a partir de três parâmetros de seu esquema analítico: dos picos da renda, da periodicidade dos

reajustes e da defasagem dos preços relativos da economia. Elevações dos picos de renda real (aumento do conflito distributivo) ou redução da periodicidade (defesa da renda real) do reajuste implicam aceleração inflacionária. Em consequência, Lopes (1983) conclui paradoxalmente que a causa da inflação, nos termos inercialistas, seria ela mesma inércia inflacionária. O comportamento defensivo dos agentes implicaria um equilíbrio ao redor da taxa de inflação vigente, que se acelera em função de desalinhamentos dos preços relativos.

5.3 Lara Resende e Arida

A contribuição de Lara Resende e Arida para a teoria inercialista é mais no campo de propor uma estratégia de estabilização do que no desenvolvimento de uma teoria fundamentalmente original. Mesmo com algum grau de heterogeneidade, as ideias dos autores estão alinhadas às ideias estabelecidas por Lopes. Isto é, o conflito distributivo se apresenta como elemento central no diagnóstico. A inflação resulta da situação em que a soma das parcelas relativas da renda real desejada pelos agentes é maior que o produto real de fato da economia (Lara Resende, 1981).

Assumindo que a distribuição de renda funcional é determinada em alguma medida pelo salário nominal, Lara Resende (1981) argumenta que, na medida em que aumentos salariais achatam os lucros, os setores oligopolistas aumentam os preços objetivando manter o *markup* sob os custos. Ao acelerar a taxa de inflação, os salários reais caem, o que restabelece os lucros empresariais. Neste sentido, a inflação resolve uma incompatibilidade distributiva existente na economia. Contudo, essa explicação pode recair em uma tautologia caso as razões do conflito distributivo não sejam explicadas teoricamente (Lara Resende, 1984).

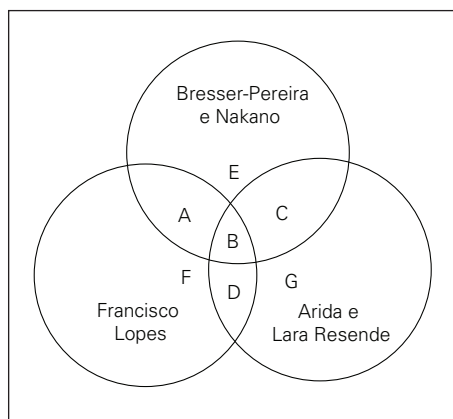
Arida e Lara Resende (1985b) resolvem tal impasse analítico ao introduzir uma “novidade” à teoria inercialista: o intervalo de reajuste das rendas dos agentes e a taxa de inflação seriam inversamente proporcionais e se autoinfluenciariam. Denominando a taxa de inflação utilizada nos reajustes contratuais como a memória inflacionária do sistema econômico (Arida e Lara Resende, 1985, p. 18). Tem-se que quanto maior a taxa de inflação, menor a memória inflacionária do sistema econômico (mais próximo de uma situação de inflação neutra à *la* Celso Furtado), o que realimenta a própria taxa de inflação. A perfeita indexação (inflação neutra) seria alcançada em processos hiperinflacionários, quando a periodicidade dos reajustes dos preços seria naturalmente reduzida. Os agentes reduziriam o período de reajuste para defender a renda real relativa, o que geraria uma inflação sem efeitos reais.

5.4 O Núcleo Duro e os Aspectos Dissonantes das Teorias da Inflação Inercial

A apresentação das teorias da inflação inercial sugere que elas possuem elementos comuns que as aproximam, mas que existem particularidades que as distanciam. No que se segue, pretende-se identificar e explorar estes aspectos, argumentando que o núcleo duro comum das teorias inercialistas se deve à absorção das ideias dos economistas estruturalistas latino-americanos, ao passo que os ele-

mentos dissonantes estão associados à incorporação das ideias de Mário Henrique Simonsen (para os economistas da PUC/RJ) e de Ignácio Rangel (para os economistas da FGV/SP), bem como de contribuições originais dos intelectuais inercialistas. A Figura 2 organiza o argumento.

Figura 2: Núcleo duro das teorias da inflação inercial



Fonte: Elaboração dos autores.

As áreas de intersecção da Figura 2 (A, B, C e D) representam os aspectos compartilhados pelas variantes inercialistas. O núcleo duro teórico comum a todas as teorias da inflação inercial é representado pela área B, enquanto as intersecções A, C e D são elementos comuns “parciais”. As áreas E, F, e G representam aspectos particulares de cada versão. O nosso argumento é que o núcleo duro teórico comum surge, de um modo ou de outro, em função da absorção das ideias dos estruturalistas latino-americanos. Os aspectos dissonantes, por seu turno, resultam da absorção das ideias de outros economistas e da originalidade particular de cada versão. Proceder-se-á de dois modos para sustentar o nosso argumento. Primeiro, identificando as áreas de intersecção conforme a Figura 2. Segundo, associando-as com a constituição das teorias da inflação inercial, do ponto de vista da história do pensamento econômico, como um desenvolvimento posterior das ideias dos economistas estruturalistas latino-americanos dos anos 1950. O argumento central, que baliza a presente análise, é que o núcleo duro teórico comum de todas as teorias da inflação inercial é a concepção de que a inflação é um fenômeno real, oriundo do conflito distributivo entre os agentes. Vejamos a seguir este ponto, de modo mais detalhado.

Na versão dos economistas da PUC/RJ, a inércia inflacionária resulta do padrão de comportamento dos agentes em economias com inflação crônica ao incorporar a taxa de inflação acumulada em seus preços procurando defender a respectiva renda real. Esta é a lógica já presente nos mecanismos de propagação inflacionária desenvolvidos pelos estruturalistas na década de 1950, segundo a qual a aceleração da taxa de inflação está associada à capacidade de cada classe defen-

der a respectiva renda real através do reajuste de preços. Porém, enquanto o comportamento rígido dos agentes incorpora naturalmente a indexação através de um comportamento microeconômico, os mecanismos de propagação inflacionária resultam das características estruturais das economias.

Especificamente, a variante inercialista de Arida e Lara Resende introduz a relação inversa e retroalimentadora entre a memória inflacionária e a taxa de inflação em relação à versão de Francisco Lopes. Os agentes reduziriam a periodicidade de reajuste de suas rendas, ou encurtariam a memória inflacionária do sistema econômico, para que a respectiva renda real estivesse sempre no valor de pico, no intuito de alcançar uma indexação perfeita ou uma inflação neutra, o que aceleraria a taxa de inflação levando a economia à hiperinflação. A racionalidade por detrás deste elemento teórico já estava presente em Furtado (1959), que já havia apresentado o argumento ao relacionar o período do reajuste dos preços com os efeitos reais redistributivos da inflação *vis-à-vis* um processo inflacionário neutro, sem efeitos redistributivos.

Na versão dos economistas inercialistas Bresser-Pereira e Nakano, o conflito distributivo assume maior importância para explicar a inflação. Não apenas a inércia inflacionária seria explicada através da tentativa de os agentes tentarem defender os respectivos níveis de renda real (mecanismos mantenedores). A aceleração inflacionária resultaria da tentativa das empresas oligopolistas de aumentar/manter a parcela da renda real no produto da economia em um contexto de recessão. A expansão monetária surgiria apenas como um mecanismo sancionador da inflação. Ambos os elementos teóricos, fundamentais para o fechamento deste modelo teórico, frami absorvida do pensamento de Rangel (1963) (Bresser-Pereira, 2023), em que o markup das empresas é contracíclico e a moeda é endógena. Complementarmente, a ideia de inflação estrutural é incorporada pela versão inercialista da FGV/SP a partir dos economistas latino-americanos (Bresser-Pereira e Nakano, 1986).

É bastante variada a maneira pela qual as ideias estruturalistas foram assimiladas pelas diferentes teorias inercialistas. As evidências sugerem que os economistas da FGV/SP utilizaram a literatura estruturalista diretamente, absorvendo elementos teóricos de Ignácio Rangel, como é admitido por Bresser-Pereira e Nakano (1986) e Bresser-Pereira (2023). Os economistas inercialistas da PUC/RJ, por seu turno, absorveram a estrutura analítica estruturalista indiretamente, isto é, através do modelo de retroalimentação inflacionária de Mário Henrique Simonsen (Mოდenesi, 2005).

Nesta perspectiva, o papel de Simonsen esteve mais associado à disseminação da ideia preexistente de realimentação inflacionária do que pelo seu desenvolvimento original (Cabello, 2012). Um exemplo disso é a curva de Simonsen (1964), que descreve a endogeneidade do período de reajuste dos salários nominais de forma bastante similar à dinâmica da Figura 1, que foi alcunhada como mecanismo Pazos-Simonsen por Dornbusch (1986) a partir da convicção de que tal dinâmica foi desenvolvida originalmente por Felipe Pazos e Mário Henrique Simonsen (Vera, 2013). Contudo, tendo em mente a influência que Simonsen exerceu sob os economistas da PUC/RJ – uma vez que Arida e Lara Resende (1985b) admitem que o

modelo de retroalimentação inflacionária é a obra precursora da ideia da inflação inercial, dois aspectos devem ser considerados:

(1) Vera (2013) mostra como o mecanismo Pazos-Simonsen é bastante similar ao desenvolvido por Kaldor (1957) no texto “Inflação e Desenvolvimento Econômico”, resultado do período em que o economista britânico passou como consultor da CEPAL estudando a inflação chilena e de uma conferência na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro em 1956, em que o autor associa a redução da periodicidade dos reajustes salariais com aceleração inflacionária, inclusive com um gráfico muito similar ao da Figura 1. Com isso, Vera (2013) conclui que Kaldor (1957) merece levar o crédito pelo desenvolvimento pedagógico da Figura 1, bem como por descobrir a importância analítica das alterações endógenas do reajuste salarial para explicar a inflação;

(2) Barbosa (1997), no texto “A Contribuição Acadêmica de Mário Henrique Simonsen”, sugere que a real origem da curva de Simonsen, fundamental para o fechamento teórico inercialista, não foi a concepção original por parte de Simonsen (o que teria sido confirmado por Rubens Penha Cysne):

(...) eu perguntei ao Simonsen, (...), como ele tinha chegado à ideia de sua curva do salário real. Ele respondeu-me que tinha visto algo semelhante num relatório de uma comissão estrangeira que tinha feito uma análise da inflação chilena na década dos 50. Certamente a falta de referência bibliográfica nos seus trabalhos iniciais é uma característica da geração de economistas brasileiros autodidatas (...). Na verdade, é bastante conhecido o fato de que algumas contribuições em economia, e possivelmente em outras áreas científicas, não levam o nome de quem foi o seu descobridor, como exemplifica os casos da curva de Phillips e da demanda efetiva de Keynes. Todavia, o reconhecimento da contribuição intelectual deve-se fundamentalmente à capacidade do autor em influenciar os seus pares na forma de pensarem sobre um assunto, como o fizeram Phillips e Keynes (Barbosa, 1997, p. 4).

Isso sugere que, na verdade, o desenvolvimento da curva de Simonsen remonta aos escritos de Kaldor, no período em que o intelectual britânico conviveu com Celso Furtado, Juan Noyola e Osvaldo Sunkel e desenvolveu sua análise para a inflação das economias latino-americanas da década de 1950 como consultor da CEPAL. É bastante possível que tenha existido um intercâmbio de ideias entre esses economistas, de modo que as ideias de Kaldor (1957) tenham sido absorvidas, em alguma medida, pelos economistas estruturalistas latino-americanos, já que as abordagens guardam similaridade.⁹ A investigação levada a cabo nesta pesquisa sugere que o núcleo duro teórico das teorias da inflação inercial se deve à incorporação

⁹ A relação entre Kaldor e os estruturalistas latino-americanos não é o nosso objeto de estudo. Não podemos, portanto, estabelecer que houve tal influência, o que embora seja plausível.

direta dos escritos estruturalistas por parte Bresser-Pereira e Nakano e indireta por parte dos inercialistas da PUC/RJ à medida que isso se deu por meio da influência de Mário Henrique Simonsen. A heterogeneidade das teorias da inflação inercial não implicava, todavia, uma necessária exclusão mútua entre tais modelos. As abordagens compunham, a rigor, um mosaico teórico que pode ser combinado de diferentes maneiras, permitindo-se uma análise mais, ou menos, abrangente em termos de fechamento do modelo teórico, bem como do número e da natureza das variáveis instrumentais ao argumento a ser proposto. Isso fica claro quando se considera as diferentes maneiras pelas quais o estruturalismo latino-americano foi absorvido pelos economistas inercialistas.

6. DISCUSSÃO FINAL

Este estudo apresentou um esforço de reinterpretação da relação entre as teorias da inflação desenvolvidas pelos economistas latino-americanos nos anos 1950 e a sua absorção pelas teorias da inflação inercial, paradigma consolidado para compreender e propor políticas de estabilização ao longo dos anos 1980. A contribuição do artigo à literatura existente foi esclarecer essa relação, já identificada por Bresser-Pereira e Nakano (1986) e Modenesi (2005), com vistas a identificar um núcleo duro teórico comum entre as variantes inercialistas, bem como com os seus antecedentes teóricos do ponto de vista da história do pensamento econômico. Isso permitiu constatar quais elementos singulares de cada uma das diferentes teorias inercialistas foram incorporados dos pensadores estruturalistas latino-americanos Celso Furtado, Juan Noyola e Osvaldo Sunkel, e/ou de outros autores como Mário Henrique Simonsen e Ignácio Rangel.

O argumento central do estudo é que as teorias da inflação inercial apresentam similaridades que as aproximam e que formam um núcleo duro teórico comum, em que a inércia inflacionária resulta do conflito distributivo, embora a ênfase nesse aspecto difira entre as variantes dos economistas da FGV/SP e PUC/RJ. Argumentou-se ainda que o referido núcleo duro está associado com a absorção das ideias dos economistas estruturalistas latino-americanos dos anos 1950, seja de forma direta como no caso de Bresser-Pereira e Nakano, seja de forma indireta como no caso dos economistas da PUC/RJ, que o fizeram através da influência de Mário Henrique Simonsen, que, por sua vez, absorveu as ideias de Kaldor (1957) sobre a inflação das economias latino-americanas. Em outros termos, defende-se a ideia de que a teoria da inflação inercial tem como núcleo duro o papel do conflito distributivo para a geração do processo inflacionário, ainda que as correntes inercialistas tenham absorvido o conceito de fontes diversas.

Buscou-se argumentar que os aspectos dissonantes das teorias da inflação inercial se devem à influência de Ignácio Rangel no pensamento de Bresser-Pereira e Nakano, que buscavam formular não apenas uma teoria para a inércia inflacionária, mas sim uma teoria com caráter mais geral, ao mesmo tempo que os economistas da PUC/RJ se atrelaram ao modelo de retroalimentação inflacionária de

Mário Henrique Simonsen porque propunham explicar exclusivamente a inércia inflacionária.

Por fim, cabe destacar que um programa de pesquisa, como o inercialista dos anos 1980, requer que forma e conteúdo encontrem estabilidade para que se obtenha apoio robusto da comunidade científica, com vistas a ampliar ainda mais seus limites e estender seu escopo de análise para incorporar anomalias comportamentais. Neste sentido, não houve um mecanismo estabilizador que operou em nome das diferentes teorias da inflação inercial. Apesar de várias tentativas, não houve a estabilidade local necessária. Isto é, tensões não resolvidas dentro do arcabouço teórico foram ainda mais inflamadas pela aplicação no mundo real de políticas de estabilização derivadas dos modelos teóricos inercialistas. As teorias da inflação inercial caíram na “trajetória de sela” que lhe conferiu proeminência no discurso acadêmico e no debate público, formando um consenso ao redor de seus apontamentos. Sob o peso das dificuldades e de novas evidências que contradiziam os pressupostos que davam suporte à teoria – em particular, a necessidade de neutralidade distributiva e a desimportância da questão fiscal, os defensores do inercialismo começaram a abandoná-lo, levando à sua eventual diluição em uma visão mais abrangente de estabilização, em que a dessincronização dos preços relativos passava a elemento meramente propagador de desequilíbrios fiscais e cambiais mais profundos. Estes, por sua vez, foram atacados nesta ordem pelo Plano Real que, finalmente, logrou a estabilização da economia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arida, P. (1982) “Reajuste Salarial e Inflação”. *Pesquisa e Planejamento Econômico* 12, no. 2: 311–343.
- Arida, P. e André Lara Resende. (1985a) “Recessão e taxa de juros: O Brasil nos primórdios da década de 1980”. *Revista de Economia Política* 5, no. 1: 5–21.
- Arida, P. e André Lara Resende. (1985b) “Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil”. Textos para discussão 85 Departamento de Economia PUC/RJ.
- Aujac, H. (1950). “Inflation as the Monetary Consequence of the Behaviour of Social Groups: A Working Hypothesis”. *International Economic Papers* 4: 110-123.
- Baer, W. (1967) “Topical review the inflation controversy Latin America: a Survey”. *Latin American Research Review* 2, (2): 3-25.
- Bernstein, E. M, and Indraprasad G. Patel. (1953) “De l’inflation, dans ses rapports avec le développement économique/Inflation in Relation to Economic Development.” *Civilisations* 3, no. 1: 3-50.
- Arida, P. (1952). em *Conversas com Economistas Brasileiros* editado por Ciro Biderman, Luis Felipe L. Cozac e José Marcio Rego (São Paulo: Editora 34, 1996): 319-340.
- Blaug, M. (1976) “Kuhn versus Lakatos or Paradigms versus research programmes in the history of economics” em *Method and Appraisal in Economics Latsis*. Cambridge: Cambridge University Press: 149-180.
- Boianovsky, M. (2012) “Celso Furtado and the Structuralist-Monetarist Debate on Economic Stabilization in Latin America.” *History of Political Economy* 44, no.2: 277-330.
- Bresser-Pereira, L. C, e Yoshiaki Nakano. (1984) “Fatores Aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação”. *Revista de Economia Política* 4, no. 1: 5–22.
- Bresser-Pereira, L. C. (2010) “A descoberta da inflação inercial.” *Revista de Economia Contemporânea* 14, no. 1: 167-192.

- Bresser-Pereira, L. C. (2023). "The theory of inertial inflation: a brief history". *Brazilian Journal of Political Economy*, 43, 480-498.
- Bresser-Pereira, L. C. e Yoshiaki Nakano. (1986) "Inflação Inercial e Choque Heterodoxo no Brasil." em *Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado*, Rio de Janeiro: Paz e Terra: 123-149.
- Cabello, Andrea. (2012) "As Contribuições à Macroeconomia de Mário Henrique Simonsen". Tese de Doutorado, Universidade de Brasília.
- Cabello, A. (2014) "Mário Henrique Simonsen e a construção do conceito de inflação inercial." *Revista de Economia Política* 34, no. 2: 317-326.
- Carvalho, A. R. (2014) "A persistência da indexação no Brasil pós-Real." *Revista de Economia Política* 34, no. 2: 266-283.
- Carvalho, André Roncaglia de. (2015) "The conceptual evolution of inflation inertia in Brazil". 2015. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.
- Carvalho, A. R. (2019) "A second-generation structuralist transformation problem: the rise of the inertial inflation hypothesis". *Journal of the History of Economic Thought*, 41, no. 2: 47-75.
- Dornbusch, R. (1986) "Inflation, exchange rates and stabilization." *Essays in international finance*, no. 165: 2-23.
- Félix, D. (1963) "Otro enfoque de la controversia "monetarista" versus "estructuralista". em *Controversia sobre Latinoamérica Ensayos y comentario*, editado por Albert Hirschman, 123-142. Buenos Aires: Editorial del Instituto.
- Furtado, Celso. (1959) *Formação Econômica do Brasil*.
- Goodfriend, M., e Robert King. (1997) "The New Neoclassical Synthesis and the Role of Monetary Policy." em *NBER Macroeconomics Annual 1997*, editado por Ben Bernanke e Julio Rotemberg 231-283. Cambridge: MIT Press.
- Grunwald, J. (1963) "La escuela "estructuralista". Estabilización de precios y desarrollo económico." em *Controversia sobre Latinoamérica Ensayos y comentario*, editado por Albert Hirschman, 143-183. Buenos Aires: Editorial del Instituto.
- Holanda Barbosa, F. (1997) "A contribuição acadêmica de Mário Henrique Simonsen." *Brazilian Review of Econometrics* 17.1: 115-130.
- Iasco-Pereira, C. H. e André R. de Carvalho. (2019) "A Controvérsia estruturalista-monetarista e a interpretação de Ignácio Rangel em a Inflação brasileira." *História Econômica e História de Empresas* 22, no.4: 523-550.
- Kaldor, N. (1957) "Inflação e Desenvolvimento Econômico." *Revista Brasileira de Economia* 11, no. 1: 55-82.
- Khalil, Elias. (1987) "Kuhn, Lakatos, and the History of Economic Thought." *International Journal of Social Economics* 14, no.3: 119-131.
- Kuhn, Thomas. (1962) *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Chicago: Universidade de Chicago.
- Lara Resende, A. (1981) "Incompatibilidade Distributiva e Inflação Estrutural." *Estudos Econômicos* 11, no.3: 133-150.
- Lopes, F. L. (1976) "Inflação, correção monetária e controles de preços." *Revista de Economia brasileira* 30, no. 4: 427-455.
- Lopes, F. L. (1983) "Política Salarial e Dinâmica do Salário Nominal." *Pesquisa e Planejamento Econômico* 14, no. 2: 453-476.
- Lopes, F. L. (1984) "Reforma Monetária, Pacto Social e Desindexação." em *O Choque Heterodoxo: Combate à Inflação e Reforma Monetária* editado por Lopes, F. L. (Rio de Janeiro: Editora Campus), 144-145.
- Lopes, F. L. (1985) "Inflação Inercial, Hiperinflação e Desinflação: Notas e Conjecturas." *Revista de Economia Política* 5, no. 2: 135-151.
- Modenesi, André de M. (2005) *Regimes Monetários Teoria e a Experiência do Real*. Barueri-SP: Editora Manole Ltda.

- Morgan, Mary S. (2012) *The world in the model: how economists work and think*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Noyola Vásquez, J. F. (2000) “Inflação e Desenvolvimento Econômico No Chile e no México.” em *Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal*, editado por Ricardo Bielschowsky (Rio de Janeiro: Record/CEPAL), 293-490.
- Prebisch, R. (1949) “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus principais Problemas.” *Revista Brasileira de Economia* 3, no. 3: 47-109.
- Rangel, Ignácio. (1963) *A Inflação brasileira*. São Paulo-SP: Brasiliense.
- Seers, D. (1962a) “A Theory of Inflation and Growth in Under-Developed Economies Based on the Experience of Latin America”. *Oxford Economic Papers* 14, no. 2: 173-195.
- Seers, D. (1962b) “Inflación y crecimiento: Resumen de la experiencia en América Latina.” *Boletín Económico de América Latina* 3, no. 1: 27-55.
- Simonsen, M. H. (1964) *A Experiência Inflacionária no Brasil*. Rio de Janeiro: IPÊS.
- Simonsen, M. H. (1970) *Inflação Gradualismo X Tratamento de Choque*. Rio de Janeiro/RJ: APEC EDITORAS.
- Sunkel, O. (1958) “A Inflação Chilena: Um Enfoque Heterodoxo.” *El Trimestre Económico* 25, no. 100: 570-599.
- Taylor, L. (1979) “Three Stories Where Money Counts.” em *Macro Models for Developing Countries* editado por Lance Taylor (New York: MacGral Hill).
- Vera, L. (2013) “A note on the Pazos-Simonsen mechanism and Kaldor’s early research on Latin American inflation.” *Brazilian Journal of Political Economy* 33, no. 2: 26-280.
- Weintraub, E. Roy. (1991) *Stabilizing Dynamics: Historical Perspectives on Modern Economics*. Cambridge: Cambridge University Press.

